

## **Periferias, junções e novos espaços: uma compreensão histórica comparativa para novas e antigas geopolíticas no Platô das Guianas**

*Daniel Chaves<sup>i</sup>*

### **Resumo**

Pretendemos analisar alguns temas de interesse para uma geopolítica dos países e/ou unidades federativas/administrativas que compõem o Platô das Guianas. Lançamos mão do comparativismo como racionalidade e método para observar as semelhanças e diferenças das geopolíticas possíveis em tais unidades, e daí decorrente, entende-las como um bloco histórico. Uma hipótese aventada é a de que é necessário constituir a compreensão de que o Platô das Guianas possui uma geopolítica multidimensional, e que nestas possibilidades, o seu nexu amazônico-caribenho representa enorme potencial para a integração América do Sul-Caribe, em especial após o agudo esforço de desenvolvimento integrado da Amazônia brasileira.

**Palavras-chave: Geopolítica; Guianas; Integração**

### **Resumen**

Nos proponemos al examen de algunos temas de interés para un análisis geopolítico de los países y/o unidades federales/administrativas que conforman la meseta de las Guayanas. Se utilizó el comparatismo como razón y método para observar las similitudes y diferencias de las posibles geopolíticas en dichas unidades, y por lo tanto, entenderlas en bloque histórico. Una hipótesis posible sugere ser necesaria la constitución comprensiva de la meseta como geopolíticamente multidimensional, y así, su nexu amazónico-caribeño representa enorme potencial para la integración Sudamerica-Caribe.

**Palabras-clave: Geopolítica; Guayanas; Integración**

## **Introdução: *orbi et urbi*, das Américas ao Platô**

Partindo da premissa de que há reiterado interesse, na academia e na opinião pública contemporânea, em estudos sul-americanistas, onde se proliferaram teses, dissertações e artigos sobre a conjuntura política e econômica do continente, devemos citar o inevitável papel da geopolítica e/ou de estudos geopolíticos como parte dessa expansão. As mais recentes agendas públicas de debate, com contornos especiais sobre os desdobramentos da política externa brasileira desde a segunda metade do Século XX transcendem o natural campo de debates da geografia para tomar parte de todas as áreas das humanidades, apontando não apenas para a popularidade do debate. Também é possível perceber certa maturidade das nossas escolas e centros de formação de estratégia nacional e internacional, com trabalhos de fôlego, com capacidade de recenseamento histórico, análise de conjuntura e proposição de inovadoras abordagens (OLIVEIRA, 2013; FUCCILLE, 2015; TEIXEIRA DA SILVA, 2009; VIDIGAL, 2006) <sup>ii</sup>.

Aqui converge o nosso interesse em realimentar tais estudos e areja-los com perspectivas inclusivas, que tratem de objetos a partir de premissas mais abrangentes no seu escopo de possibilidades. Pode-se dizer com segurança que tal proliferação, extremamente salutar para uma compreensão profícua da reconfiguração política do hemisfério ocidental em meio a uma renovada ordem internacional do Século XXI, não contemplou ou foi contemplada a contento no que diz respeito ao Platô das Guianas, dada a ainda reduzida quantidade de estudos de fôlego sobre o tema no Brasil em nível nacional <sup>iii</sup>. A despeito da notadamente histórica condição periférica e fronteiriça das Guianas (JACOBS, 2012), nas fímbrias ao norte da América do Sul, tal posição tem sido contemporaneamente revertida, no ambiente político e acadêmico da Amazônia, a partir da detecção de que a condição fronteiriça é, de ainda que de forma tardia e precária se comparada a fronteira sul-sudoeste do Brasil, uma situação de largo potencial estratégico para os Estados e os grupos de interesse locais/regionais interessados nos ganhos relativos, ainda que seja firme mote para controvérsias e questões.

Tal detecção é notada pelos investimentos crescentes na região, catalisados pelas mais recentes inversões em busca de desenvolvimento econômico e inclusão em projetos políticos de integração que se buscou envolver a região (SUPERTI, *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 95 - 111, jan./jun. 2016.

2013: 91). Segundo Teixeira da Silva (2006:7), na Amazônia, “os projetos em curso - principalmente na área viária e de energia - são a ponta da integração e do desenvolvimento regional, capazes de criar empregos e gerar renda localmente”.

É possível notar objetivamente, nesta direção, ações e proposituras que demonstraram a tomada de consciência sobre a importância geopolítica do Platô das Guianas em termos de políticas públicas e investimentos. Não apenas o Projeto Calha Norte (1985) deveria ser considerado como um ponto de inflexão contemporâneo da mudança de percepção (2013:153) desde um ponto de vista generalista da estratégia de desenvolvimento regional brasileiro, mas também considerando os recentes investimentos e potenciais da região (ALBUQUERQUE, 2008:61-76). Como aponta Théry (2005:41),

Os programas Brasil em Ação (PPA 1996-1999) e Avança Brasil (PPA 2000- 2003), realizados respectivamente durante o primeiro e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul.

Para uma compreensão sobre a dimensão sul-americana do processo, tendo em vista o todo em torno das ações específicas, é preciso situar as ações estruturantes que, se no planejamento são promissoras, no plano político se realizam de forma notadamente precária. No início do Século XXI, no entanto, aponta-se uma reversão de tal contexto, na emergência da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A inovação em torno da IIRSA era a sua pretensão em apontar, executar e articular cooperativamente uma convergência regional de integração efetiva, tendo a infraestrutura física como fator essencial para a integração do espaço econômico e do desenvolvimento sul-americano. Em outras e mais simples palavras, a IIRSA teve papel histórico efetivo e simbólico no projeto de integração regional sul-americana no amanhecer do Século XXI, como seus números e críticas antagônicas ou construtivas demonstram.

No entanto, uma contundente questão deve ser colocada à mesa para a compreensão – já histórica – sobre a IIRSA. Com base nos balanços de dez anos de pregnância e eficácia da IIRSA, aponta-se que boa parte das nações passou por *Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 95 - 111, jan./jun. 2016.*

mudanças sócio-econômicas e políticas, reestruturando seus agentes de fomento. Ainda, pela própria desconexão com as outras formas institucionais organizadas em torno do projeto de integração - a IIRSA, de fato, não possuía clara conexão com os problemas dos desenvolvimentos ambientais e sociais do subcontinente - e, por fim, a própria institucionalidade crescente e cada dia mais relevante da União das Nações Sul-Americanas acabaram por colocar a IIRSA em xeque de forma quase definitiva quando tratada como protagonista do processo. Do ponto de vista geral, tal iniciativa era animadora, ainda que como frisamos, a efetividade das iniciativas merecessem maior efetividade. Ainda que neste sentido devemos destacar e reforçar o papel histórico da IIRSA, historicamente demarcado, é preciso reposicionar as nossas instituições na direção de um novo olhar sobre as novas e autônomas formas institucionais da regionalização sul-americana. A UNASUL, neste sentido, representa efetivo passo à frente e o COSIPLAN, no que se refere a integração física, representará a sua vanguarda.

O lançamento da Iniciativa, na Primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada em 2000, alteraria sensivelmente o estado das relações entre o Platô das Guianas e o resto do continente na medida em que propunha a superação da sua desconexão viária e logística do resto do continente (QUINTANAR & LOPEZ, 2003: 213-214). Este papel deveria ser deslocado para um de seus 12 Eixos, neste caso o do Escudo das Guianas<sup>iv</sup>. Do ponto de vista da fronteira setentrional brasileira, aproximando a lupa podemos destacar que os resultados do 'Brasil em Ação' e 'Avança Brasil' são decisivamente apresentados na construção da Ponte Binacional entre Brasil e França, conectando Amapá e Guiana Francesa, bem como no projeto da Rodovia Transguianense, de escopo consideravelmente mais amplo no que diz respeito a capacidade de projeção e alcance cooperativo (MARTINS, 2008: 16).

Neste sentido, na hipótese que se realizariam tais projetos e envolvimento de forma efetiva, as Guianas emergiriam ao final do processo com uma nova condição estratégica. Fixando o seu potencial como uma "uma espécie de 'nova fronteira' do processo de integração sul-americano" (VIZENTINI, 2008: 1), em um reposicionamento estratégico de interesse para um diálogo sobre leituras da ideia das calhas amazônicas como *rimland* (SPYKMAN, 1942), desde um ponto de vista

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 95 - 111, jan./jun. 2016.

da estratégia terrestre do continente. Por outro lado, em perspectiva de escala regional ampliada, torna-se também concernente ao histórico contexto de conexão entre América do Sul e Caribe/América Central (SIMÕES, 2011: 39-54), absolutamente respectivo ao debate de integração latino-americana do período posterior a 2ª Guerra Mundial – condensada decisivamente desde a fundação de organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas (ONU), ou a Organização dos Estados Americanos (OEA), ambas em 1948. Os desdobramentos destes organismos para a integração latino-americana já são conhecidos e até hoje e, ainda que indiretamente (em larga medida pelo seu ocaso), impactam sobre as “mediterrâneas” discussões e decisões regionais (MORSE, 1967: 172).

Considerando a emergência de uma configuração multidimensional do sistema internacional, onde a globalização acentua diferenças, possibilita sinergias conjunturais e rearranja os parâmetros e políticas sobre as fronteiras inter ou intranacionais (COSTA, 2009: 3), entende-se aqui que a compreensão das geopolíticas das Guianas (a Guiana Francesa, a República Cooperativa da Guiana, o Suriname, e um plano subperiférico, as unidades administrativas do Amapá e Guayana Essequiba) é essencial para entender as geopolíticas que se centram sobre a subregião, e em perspectiva, apontam as potencialidades para que tal se constitua como área-pivô dos projetos de integração regional. Da mesma forma, pode ser útil entender que a imersão destas geopolíticas se dá de forma múltipla, em larga medida por conta da sua necessidade de sobrevivência em um ambiente pouco estruturado no que diz respeito a regionalização e a subsequente inserção contemporânea, influenciando as suas perspectivas de securitização e projeção (GRIFFITH, 2003: 1-2).

Mesmo diante da sutil diferenciação das suas composições histórico-geográficas e das suas relações com a vizinhança e o mundo, há muito mais convergências que divergências em jogo. Assim, podemos considerar que a convivência de padrões geomorfológicos compartilhados, de contextos nacionais e identitários genealogicamente parelhos, e dilemas históricos razoavelmente comuns sobre o desenvolvimento possibilitam tal compreensão comparativa.

## **A ruptura pós-colonial e os limites do novo sub-complexo regional**

As Guianas e o seu Platô não são, de forma decisiva, um conjunto de países ou uma região que influencia decisivamente a geopolítica das Américas, em especial da América do Sul, ainda que seja possível notar diversos momentos em que a sua importância se viu destacada, e a atenção das potências regionais, e inclusive internacionais, se dedicou a região. Neste sentido, é preciso fazer um exercício inclusivo, porém cuidadoso. Mais que propriamente recuperar o nexo da relação comparada entre a formação dos padrões nacionais das Guianas com o restante dos estados-nações sul-americanos, em especial no que diz respeito à identidade étnica, perfil cultural, corpo institucional ou padrões de desenvolvimento econômico, seria necessário buscar as intersecções necessárias para compreender como o processo tardio de inserção guianense em um sistema regional sul-americano e caribenho. Este último, por sinal, possui destacada importância para as perspectivas e possibilidades das escolhas políticas e das geopolíticas das Guianas.

A inserção das Guianas como periferias do sistema sul-americano não é um imperativo único sobre essa condição – inevitavelmente, falar em uma geopolítica das Guianas independentes ou pós-coloniais perpassa a existência de um fértil ambiente internacional para tais comportamentos geopolíticos que inevitavelmente eram novos. Nesse sentido, a despeito da intensa hegemonia da polaridade Oeste-Leste na Guerra Fria, a polaridade Norte-Sul também fora importante, especialmente no final da década de '70, para a promoção de uma nova ordenança geopolítica na agenda global, por sua vez gradativamente notável desde a Conferência de Bandung, em 1955. No ambiente de distensão casual da bipolaridade Oeste-Leste, a luta por justiça econômica e racial – bem como por autodeterminação política e independência cultural – orientava as ideias-força de redistribuição, compensação e reorganização do poder em suas mais diversas instâncias. Diante do imperativo do reconhecimento, não apenas dinâmicas próprias devem ser situadas, mas a forma com a qual a comunidade internacional recebera tal impulso.

As mutações imediatas que acenderam esse debate foram somadas pela resolução 1514 da 15ª Assembleia Geral em 1960<sup>v</sup>, que rendia a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, reforçada em 1965

com o reconhecimento direito de uso da força para a libertação nacional; na fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - a OPEP - em 1960, com a disposição de negociar melhores preços junto aos países desenvolvidos, principais compradores; pela coordenação do G-77 na reunião de Genebra da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – a UNCTAD -, em 1964, com o objetivo de discutir estratégias comuns para os pleitos dos países em desenvolvimento; em 1968, a Comissão de desenvolvimento internacional do Banco Mundial, presidida por Lester B. Pearson, a convite de Robert McNamara, apresentava no ano seguinte o relatório *Partners on Development*, que lançava a ideia de que os países ricos e os pobres têm um compromisso comum com essa nova ordenança (BULL, 2000: 211). Em uma longa jornada de idas-e-vindas, a República Cooperativa da Guiana se tornava independente em 1966. Nos anos '70, o embate se afirmou e ganhou força com a proposta sólida de uma Nova Ordem Econômica Internacional – a NOEI -, um largo conjunto de barganhas ao sistema de Bretton-Woods estabelecido pelo Norte. Esse conjunto situava-se em torno de algumas reivindicações específicas dos países em desenvolvimento, dentre os quais podemos citar: estabilidade de preços para commodities e matéria prima, transferência de recursos de países ricos para pobres, industrialização e tecnologia, corporações transnacionais, acesso a mercados, reforma no sistema monetário internacional e no arranjo de poder nos foros internacionais (HANSEN, 1981). Em 1974, a Assembleia Geral da ONU declarava o estabelecimento da nova ordem econômica mundial no seio das discussões sobre desenvolvimento e matéria-prima e estabelecia um programa e a Carta de Direitos e Obrigações econômicas dos Estados sobre essa nova ordem após longas e duras discussões<sup>vi</sup>. Um ano depois, o Suriname se tornava independente da Holanda.

É possível que se diga que, desde a segunda metade do Século XIX - período no qual, como ressaltamos, ocorre a inclusão das Guianas em um sistema capitalista bem constituído -, as Guianas permaneciam até pouco tempo atrás ocultadas em uma geopolítica, como se fossem paradigmáticas no que diz respeito a invisibilidade política, cultural e econômica na América do Sul, notáveis apenas em observações carregadas de pejoração sobre crises de sistemas e estruturas da efetividade e da identidade nacional do Estado, tendo dificuldade em inserir-se nos processos de



desenvolvimento regionais. No entanto, olhares mais compreensivos, cientes da complexidade da inserção guianense no sistema internacional notam que tal depende invariavelmente de uma compreensão sobre como o Caribe forjou tal inserção e sobre como, do ponto de vista pivotal, as Guianas são na verdade um ponto de junção entre as geopolíticas caribenhas e sul-americanas. Aqui reside o mais sensível e vital aspecto das leituras geopolíticas sobre as Guianas, que com investimentos inteligentes, sustentáveis e inovadores sobre energia, tecnologia e transportes, podem gerar ganhos em escala de médio e alto valor agregado, contribuindo inevitavelmente para o desenvolvimento regional.

Tais geopolíticas deverão ter especial atenção ao novo contexto de reabertura da economia cubana a investimentos internacionais (2014) e a revolucionária perspectiva em curto-médio prazo do escoamento de commodities agrícolas do Centro-Oeste brasileiro. Estes devem surgir através tanto dos eixo em torno dos afluentes do Rio Amazonas em conexão com a rota BR 364-BR 319-BR 174 (Cuiabá-Porto Velho-Manaus-Boa Vista), quanto do conjunto multimodal Tapajós-BR-163-Bico do Tocantins <sup>vii</sup>, cravando o Extremo Norte do Brasil – e consequentemente, parte do Platô – tanto na geopolítica da exportação das commodities brasileiras quanto das novas possibilidades políticas do Caribe. As mudanças em uma Venezuela pós-chavista, em um cenário de eleição de Henrique Capriles Radomski, atual protagonista da oposição ao Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) acentua sensivelmente a importância geoestratégica do Platô em curto prazo. Nos termos de Théry, a Amazônia deixaria de periferia do Brasil para se tornar centro do continente. Nos nossos termos, a franja setentrional redimensiona o seu papel, em especial diante da hipótese aventada a de que é necessário constituir a compreensão de que o Platô das Guianas possui uma geopolítica multidimensional, e que nestas possibilidades, o seu nexos amazônico-caribenho representa enorme potencial para a integração América do Sul-Caribe.

Tendo em vista esta contextualização renovada, e reconhecendo esse imperativo geopolítico caribenho inicial sobre o Platô, notamos que na primeira onda global de integração regional (a qual se agita em período contíguo a ascensão da *deténte*, no seio da Guerra Fria) as recém-independentes República Cooperativa da Guiana e o Suriname aderiram a Comunidade do Caribe (CARICOM) <sup>viii</sup> e ao Tratado

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 95 - 111, jan./jun. 2016.



de Cooperação Amazônica (TCA, depois Organização do Tratado, OTCA) em 1973 e 1978, respectivamente, sendo este segundo potencialmente relevante do ponto de vista das conexões Caribe-América do Sul. A emergente Associação dos Estados Caribenhos (AES) também absorveu as Guianas em uma iniciativa integracionista recente, na chamada segunda onda global de integração regional (SENHORAS & CARVALHO, 2015: 3), apesar de ter importância diminuída diante do CARICOM e de outros relacionamentos em construção.

É preciso notar que, como certa exceção peculiar, ainda existam acordos de livre-comércio e trocas privilegiadas entre as ilhas e departamentos ultramarinos franceses de presença determinante na região, e nestes inclui-se a Guiana Francesa – que é uma colônia francesa, e em última instância, reminescente do imperialismo francês sobre as Américas. Nesta direção, no que diz respeito às convergências regionalizantes, a França não está contemplada nestes arranjos formais como deliberadora votante – como aponta Granger, “A Guiana francesa encontra-se assim ao cruzamento de vários rumos e conjuntos político-econômicos” (2008: 9). Este contexto representa um desafio, por um lado, mas não necessariamente um óbice, por outro, considerando-se as enormes potencialidades.

### **A fronteira como pivô histórico das relações transguianenses**

Tal situação específica pode ser interessante para uma discussão decisiva, e cada vez mais estratégica, sobre a envergadura dos projetos integração das Guianas como um sub-complexo regional, considerando a singularidade da presença continental de uma potência nuclear europeia, caso único no hemisfério. É interessante notar que, apesar de uma trajetória de contestações históricas sobre a fronteira no Platô, em especial a Questão do Amapá, a presença francesa não é interpretada regionalmente como hostil ou contra-cooperativa, com a sua presença na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sendo raramente advertida quanto aos debates sub-regionais de segurança. Nesse sentido positivo, a ponte binacional entre esse país e o Brasil é um bom exemplo de como a cooperação pôde se estabelecer mesmo diante de tal idiosincrasia, mesmo considerando que tal obra ainda não é usufruída cotidianamente por ambos<sup>ix</sup>. Problemas semelhantes

foram notados na fronteira entre Lethem (R. C. da Guiana) e Bomfim (Roraima), na ponte sobre o rio Tacutu, mas com diferentes resultados, na medida em que a obra se efetivou em uso (SANTOS, OLIVEIRA & SENHORAS, 2009).

A questão das fronteiras no Platô é assunto, como dissemos, para questões fronteiriças entre praticamente todos os seus estados nacionais envolvidos. A Venezuela reclama a área da Guayana Essequiba (159,500 km<sup>2</sup>) sobre a R. P. da Guiana; a Guiana disputa (pequenas) áreas em torno do Rio Corentyne e New River Triangle, com o Suriname; o Suriname, por sua vez, reclama a área que vai do Rio Marowini ao Rio Litani com a Guiana Francesa, demonstrando a relativa instabilidade no que diz respeito a determinados consensos geográficos essenciais, remontando a sua precária formação territorial colonial. Apesar disto, em corte histórico cosmopolitizante, é possível operar comparações globais com as transformações e convulsões nas Américas portuguesa e espanhola, coloniais e pós-coloniais.



Joe Burgess/The New York Times

Mapa ilustrativo das disputas fronteiriças entre as Guianas. Fonte: New York Times. Disponível em: <<http://graphics8.nytimes.com/images/2012/01/16/opinion/16borderlines-map1/16borderlines-map1-tmagArticle-v2.jpg>>. Acesso em 09 mar 2015.

Tais comparações poderão, inclusive, encontrar ampla relação com discussões específicas da região amazônica sobre este contexto no que diz respeito aos limites e fronteiras, tanto formais quanto conceituais, campo relativamente consolidado apesar de subsidiário a tais discussões, se comparados ao desenvolvimento dos debates sobre as Guianas. A guisa de analogia e exemplo, podemos citar o arco de movimentos contestatórios da transição moderno-contemporânea, como o Levante de Berbice (1763-64) (CLEVE, 2007: 55-56), ou a Rebelião dos Escravos de Demerara (1823) (VIOTTI DA COSTA, 1998), ou até mesmo a Cabanagem e outros conflitos, por exemplo. Nesta mesma direção, devem ser observadas possíveis relações com desdobramentos da instabilidade europeia posterior a Revolução Francesa e a Era Napoleônica (1804-1814), como na Invasão da Martinica (1809) e Guadalupe (1810), ou ainda a Batalha do Suriname (1804), pois é neste contexto que começam a se conformar e definir os limites entre as colônias - o que até hoje se demonstra insólito e frágil, com contenciosos de fronteira atuais entre todos os países do Platô, com a exceção do Brasil diante de seus pares - ainda sob a determinação da expansão imperial europeia a partir da segunda metade do XIX, que consagraria a segunda onda de expansão europeia e as suas consequências estruturantes para a periferia do sistema internacional da época.

A condição periférica destas dinâmicas sociais, desde um ponto de vista histórico é interessante para uma plêiade de contribuições diversas sobre o papel do Estado e do mercado nas sociedades de fronteira, bem como suas tensões e conflitos decorrentes, sob diferentes prismas, que variam desde as relações locais lindeiras (ROMANI, 2013; BAINES, 2013; VAN LIER, 2005), até os novos usos e articulações estratégicas das fronteiras (VILHENA SILVA, 2013; SANTOS & PORTO, 2013; SUPERTI, 2013; LOBATO, 2013), passando pela trajetória histórica dos contenciosos sobre a delimitação de tais restrinjas (GRANGER, 2013; SEMERENE COSTA, 2009; TANAKA, 2007; DONOVAN, 2003), considerando a importante presença das Forças Armadas como ponta-de-lança de tais fronteiras, contenciosos e governanças até o protagonismo social das inevitáveis discussões locais de caráter étnico nas suas representações associativas, dispersas ou reunidas diante do Estado).

### **Conclusão: após a periferia falseada, a integração como horizonte**

As Guianas são, neste sentido, riquíssimas do ponto de vista da pluralidade das possibilidades de revisitar-se a mecânica destas relações no sistema internacional sobre tais temas topicais *vis-à-vis* as tendências contemporâneas a redimensionar dinâmicas subalternas e eleva-las a um ponto de alcance de mesma importância aos temas da grande estratégia, por exemplo. O reconhecimento destas questões é, categoricamente, não apenas um elemento vital da integração destes povos e nações com o restante do continente, mas um imprescindível horizonte para a ação diante das opções contemporâneas de desenvolvimento sustentável, considerando a inevitável absorção destas territorialidades em novas cadeias produtivas decorrentes da integração. Além disso, academicamente, a perspectiva crítica quanto à naturalização da relação entre povo e Estado vem inserindo novamente a condição pós-colonial em um debate político efetivo e crescente, apreensiva quanto risco da determinação do conceito de nação em abstração diante das construções históricas nacionais ainda em afirmação, e mesmo pelos experimentos de retrocesso já vividos, como ditaduras, populismos, conflitos e instabilidades.

É importante mapear, aqui, que os níveis de confiança destas relações entre os Estados no contexto geopolítico contemporâneo mudaram sensivelmente. Desde a época na qual o Caribe era o 'Mare Nostrum' estadunidense, passando por momentos críticos de ruptura diante do isolamento, como a Missão Venturini no Suriname (DOMINGUEZ AVILA, 2011:7; HALLIDAY, 1983), por exemplo, até as últimas décadas do século XXI, culminando com a inovadora perspectiva integracionista desse novo momento, há ressaltáveis mudanças de padrão que fazem caminhar de um cenário insólito de esquecimento até um novo cenário de valorização (PROCÓPIO, 2007:116), e que devem ser notadas atentamente. A inclusão da R. P. da Guiana e do Suriname na União das Nações Sul-Americanas, na virada da primeira para a segunda década do Século XXI, apontam para esta direção animadora para as relações com o resto da América do Sul – o que carecerá de atenção, reiteramos, são os padrões e níveis de comprometimento com a integração de forma efetiva e sustentável, equilibrando os interesses e atendendo às necessidades locais, regionais e continentais. O sucesso deste equilíbrio poderá

*Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 95 - 111, jan./jun. 2016.*

definir o triunfo ou o fracasso da integração como projeto coletivo e, por conseguinte, cooperativo. Consequentemente, o futuro do desenvolvimento regional – prioritariamente orientado ao Sul e ao seu papel conectivo com o Norte – também depende desta correlação de forças, destes princípios e seus resultados.

A possibilidade da integração sempre almeja - do ponto de vista teórico ou em uma utopia/distopia - que a fronteira não seja mais uma linha num mapa, mas o conjunto de fluxos materiais, imateriais e simbólicos nas diversas redes, expressos em limites meramente regulados e compreendidos ou, em perversa hipótese, numa muralha de porosidade seletiva diante de tais fluxos. É preciso ter a ciência de que no Platô das Guianas ainda é possível erigir, em um ambiente internacional incerto e hostil, relações construtivas de caráter diferenciado e sinérgico no linde entre Amazônia e Caribe.

## Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Amazônia e Nordeste: oportunidades de investimento**. Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, 2008.

BAINES, Stephen. Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os megaprojetos de integração econômica. **Ciência e Cultura**, volume 65, n1, 2013

BULL, Hedley. Justice in International Relations: The 1983 Hague Lectures. In: ANDERSON, Kai & HURRELL, Andrew (orgs.) **Hedley Bull on international society**. EUA: St. Martin's Press, 2000.

CLEVE, Scott. Berbice Slave Revolt (1763). In: RODRIGUEZ, Junius P. **Encyclopedia of Slave Resistance and Rebellion, Vol. 1**. EUA: Greenwood Press, 2007. P. 55-56

CORREA, Vivian Helena Capacle e RAMOS, Pedro. A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Vol.48, n.2, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, 7, 2009.

DOMÍNGUEZ ÁVILA, Carlos Federico. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 54, n. 1, 2011.

DONOVAN, Thomas. Suriname-Guyana maritime and territorial disputes: a legal and historical analysis. **Journal of Transnational Law & Policy**, V. 13, N. 1, 2003.

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 95 - 111, jan./jun. 2016.



DOS SANTOS, Dorival da Costa. Entre masmorras reais e imaginárias vicejou o terror: a violência do Estado durante a ditadura militar no Amapá. In: AMARAL, Alexandre; et al. (Org.). **Do lado de cá: fragmentos de história do Amapá**. Belém: Açai, 2011.

FLEXOR, Georges; VIÉGAS, Sandro e LIMA, Maria. A expansão da cadeia da soja na Amazônia: os casos do Pará e Amazonas. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

FUCCILLE, Alexandre. Apontamentos para se pensar a segurança na América do Sul do século 21. In: CHAVES, Daniel; WINAND, Érica e PINHEIRO, Lucas. (Org.). **Perspectivas e debates em Segurança, Defesa e Relações Internacionais**. Macapá/Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Amapá/Autografia Editora, 2015. P. 19-31

GRANGER, Stephane. Guiana francesa, um território europeu e caribenho em via de “sul-americanização”? **Confins**, v. 4, n. 4, 2008.

\_\_\_\_\_. O contestado franco-brasileiro. **Cantareira**, 17, Jul-Dez, 2013.

GRIFFITH, Ivelaw. The Caribbean security scenario at the dawn of the 21st century: continuity, change, challenge. **North-South Agenda**, Sixty-five paper, September 2003.

HALLIDAY, Fred. Cold War in the Caribbean. **New Left Review**, v. 141, n.1, 1983.

HANSEN, Roger. (org.). **The “global negotiation” and beyond – toward North-South accomodation in the 1980s**. EUA: Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, 1981.

JACOBS, Frank. **The Loneliness of the Guyanas**. New York Times, 16 jan 2012.

LOBATO, Sidney da Silva. **Amapá: experiências fronteiriças**. Belém: Estudos Amazônicos (Coleção Estudos Amazônicos - História), 2012.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Do conflito à cooperação: a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa e a cooperação fronteiriça Brasil-França no contexto global. **32º Encontro Anual da ANPOCS**, 2008. Disponível em: <[portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2278&Itemid=230](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2278&Itemid=230)>. Acesso em 19 mar 2015.

MORSE, Richard. The Caribbean: geopolitics and geohistory. In: LEWIS, Sybil e MATHEWS, Thomas (orgs.) **Caribbean integration: papers on social, political and economic integration**. Porto Rico: Institute of Caribbean Studies, 1967.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **A geopolítica clássica e as novas geopolíticas: perspectivas para a defesa da Amazônia, do Pré-Sal e da Integração Regional Sul-Americana**. Texto destinado à subsidiar a apresentação no painel “Dos Fixos aos Fluxos: conceitos básicos de uma ‘Nova Geopolítica’”, realizado no Seminário “Novas geopolíticas e a Pan-Amazônia”, organizado pelo Instituto Pandiá Calógeras e pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército, no Ministério da Defesa, em 09 de julho de 2013, em Brasília, DF

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 50, n. 2, 2007.

QUINTANAR, Silvia e LOPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (Iirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, 2003.

RICHARDS, Peter. **Caribbean: A New Era of South-Oriented Geopolitics?** 2010. Disponível em: <<http://www.sirronaldsanders.com/Docs/Peter%20Richards%20Article%20on%20LAC%20summit.pdf>>. Acesso em 09 mar 2015.

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013

SANTOS, Nelvio; OLIVEIRA, Reginaldo e SENHORAS, Elói. Dossiê: o contencioso Roraima Guiana sobre a ponte do rio Tacutu. **Examãpaku**, v. 2, n. 2, 2009.

SANTOS, Paula Gabriele Sena dos & PORTO, Jadson Luis Rebelo. Novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa: expectativas de construção e ensaios de cooperação. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1197-1213, 2013

SEMERENE COSTA, Kelerson. Apontamentos sobre a formação histórica da Amazônia: uma abordagem continental. Série Estudos e Ensaios / Ciências Sociais / FLACSO- Brasil, Junho 2009

SENHORAS, Elói e CARVALHO, Patrícia. **Geopolitics of natural resources in South America and its relations with infrastructure initiatives**. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/profile/Eloi\\_Senhoras/publication/237384479\\_GEOPOLITICS\\_OF\\_NATURAL\\_RESOURCES\\_IN\\_SOUTH\\_AMERICA\\_AND\\_ITS\\_RELATION\\_WITH\\_INFRASTRUCTURE\\_INITIATIVES/links/0c96052855feb721a2000000.pdf](http://www.researchgate.net/profile/Eloi_Senhoras/publication/237384479_GEOPOLITICS_OF_NATURAL_RESOURCES_IN_SOUTH_AMERICA_AND_ITS_RELATION_WITH_INFRASTRUCTURE_INITIATIVES/links/0c96052855feb721a2000000.pdf)>. Acesso em 23 fev 2015.

SIMÕES, Antonio José. Política Externa Brasileira para a América do Sul, Central e Caribe. In: \_\_\_\_\_. **Integração: sonho e realidade na América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2011.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York, Harcourt, Brace and Company, 1942.

SUPERTI, Eliane. A Fronteira Setentrional da Amazônia Brasileira no Contexto das Políticas de Integração Sul-Americana. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 4, p. 1, 2011

\_\_\_\_\_. As Fronteiras Internacionais da Amazônia Brasileira no Contexto das Políticas Públicas de Integração Sul-Americana. In: PORTO, Jadson e NASCIMENTO, Durbens. (Org.). **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: Das Políticas Públicas e Redes Institucionais à Integração Espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

TANAKA, Yoshifume. The Guyana/Suriname Arbitration: A Commentary. **Hague Justice Journal**, V. 2 , N. 3, 2007

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Amazônia: Região-Pivot da Integração Sul-Americana. **Análise de Conjuntura OPSA**. No 7, julho de 2006.



TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Em busca de uma nova geopolítica. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, V. 4, Nº21, Rio, 2009

THERY, Hervé. La Guyane Bresilienne, de la peripherie au centre. In: PORTO, Jadson e NASCIMENTO, Durbens. (Org.). **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: Das Políticas Públicas e Redes Institucionais à Integração Espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

\_\_\_\_\_. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

VAN LIER, R. A. J. **Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: Funag/IPRI, 2005.

VIDIGAL, Armando Amorim (org.). **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VILHENA SILVA, Gutemberg de. **Usos Contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. Macapá: UNIFAP, 2013

VIOTTI DA COSTA, Emilia. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIZENTINI, Paulo. **Guiana e Suriname: uma outra América do Sul**. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI: O Brasil no Mundo que vem aí - América do Sul. Brasília: FUNAG/MRE, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>>. Acesso em 03 mar 2015.

**Recebido em Outubro de 2015.**

**Publicado em Fevereiro de 2016.**

---

<sup>i</sup> Professor adjunto de História Contemporânea da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR). Pesquisador sênior do Observatório de Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON) e do Círculo de Pesquisas do Tempo Presente (CPTP), ambos da Unifap. [daniel.chaves@unifap.br](mailto:daniel.chaves@unifap.br)

<sup>ii</sup> Os debates na Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos, e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME-Eb) também merecem destaque.

<sup>iii</sup> É preciso aqui grifar, da mesma maneira que a nota anterior, o sistemático debate nas produções nas áreas de História, Geografia, Relações Internacionais e Ciências Sociais hoje concentrados no Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON) da Universidade Federal do Amapá (Unifap), do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) da Universidade

---

Federal de Roraima (UFRR) e também no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>iv</sup> IIRSA. **Eje del Escudo Guayanés.** Disponível em: <[www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/lb09\\_seccion3\\_eje\\_escudo\\_guayanes.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb09_seccion3_eje_escudo_guayanes.pdf)>. Acesso em 03 Abr 2015.

<sup>v</sup> **Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples.** Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/879902.169108391.html>>. 1514 (XV). Acesso em 3 jun 2011.

<sup>vi</sup> **Declaration on the Establishment of a New International Economic Order; Programme of Action on the Establishment of a New International Economic Order (S-VI) (A/9556).** Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/9559&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/9559&Lang=E)>. Acesso em 10 jun 2011.

<sup>vii</sup> **Megaprojeto privado cria rota exportadora no Norte.** Amazônia.org, 24 jan 2013. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2013/01/megaprojeto-privado-cria-rota-exportadora-no-norte/>>. Acesso em 14 fev 2015.

<sup>viii</sup> É preciso frisar, cuidadosamente, que o Suriname só ingressa de forma decisiva no CARICOM em 1995, em função de uma diversidade de questões econômicas e políticas. Ver: CARIBBEAN COMMUNITY. **Communiqué issued at the conclusion of the sixth inter-sessional meeting of the conference of heads of government of the Caribbean Community**, 16-17 de Fevereiro de 1995, Belize. Disponível em: <[http://www.caricom.org/jsp/communications/communiques/6inthgc\\_1995\\_communique.jsp](http://www.caricom.org/jsp/communications/communiques/6inthgc_1995_communique.jsp)>. Acesso em 12 Fev 2015.

<sup>ix</sup> REIS, Lucas. **Brasil 'abandona' ponte construída em parceria com a França.** Folha de São Paulo, Caderno Mundo, 25 fev 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/02/1594386-brasil-abandona-ponte-construida-em-parceria-com-a-franca.shtml>>. Acesso em 10 mar 2015.